



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Análise do Processo Educativo na Luta do Fórum do Movimento Social de Manguinhos			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Michelle Oliveira	Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	Bolsista
COAUTOR 2			
Leonardo Brasil Bueno	Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	Bolsista
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O objetivo é analisar aspectos educativos da experiência de assessoria e formação entre parte de uma instituição pública de pesquisa e ensino em saúde – a Assessoria de Cooperação Social da Escola Nacional de Saúde Pública (ACS/ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz e um importante ator social do território de Manguinhos, o Fórum do Movimento Social de Manguinhos. Constituído em março de 2007, surgido a partir de uma histórica luta de organizações locais por saneamento básico e habitação digna em Manguinhos, o Fórum é um espaço que atualmente reúne moradores, instituições, movimentos sociais e organizações de base que defendem a cidadania e os direitos sociais, através da participação direta na concepção, construção, execução, monitoramento e controle social das políticas públicas. O envolvimento da ACS/ENSP nessa parceria parte da concepção de que a participação social e a formação crítica na ação são processos educativos fundamentais para a Promoção da Saúde e estímulo à emancipação e à melhoria das condições de vida dos moradores do território de Manguinhos. São processos educativos que reforçam as territorialidades de resistência social emancipatória - ação reativa e de criação - em espaço marcado por novas e velhas formas de violência social.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimento social; educação			

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente aspectos educativos da experiência de parceria entre parte de uma instituição pública de pesquisa e ensino em saúde – a Assessoria de Cooperação Social da Escola Nacional de Saúde Pública (ACS/ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e um importante ator social da região onde se situa a FIOCRUZ, o Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos, ou, como popularmente costuma ser chamado, o Fórum Social de Manguinhos (FSM).

Constituído em março de 2007, o Fórum é um espaço que reúne moradores, instituições, movimentos sociais que defendem a cidadania e os direitos sociais, através da participação direta na concepção, construção, execução, monitoramento e controle social (gestão social) das políticas públicas. O envolvimento da ACS/ENSP nessa parceria parte da concepção de que a participação social é uma premissa fundamental para a Promoção da Saúde e melhoria das condições de vida.

Tendo em vista que várias das quinze favelas que se situam nas imediações da FIOCRUZ estão a receber intervenções do PAC, o conjunto de comunidades organiza-se a fim de exigir a gestão participativa neste processo. Neste sentido, embora a história da FioCruz, ao longo dos seus 110 anos seja permeada por diversas iniciativas de interlocução entre a instituição e as comunidades do seu entorno, o momento recente, a partir de 2008 exigiu um maior esforço de articulação em vista do início das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no território de Manguinhos.

1.1 O território de Manguinhos

Manguinhos é um bairro da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. Este recorte territorial é composto por 11 comunidades. Esse território que é formado, em sua maior parte, por um conjunto de favelas com origens em períodos muito diferenciados, está sofrendo profundas modificações a partir de intervenções de projetos de diversas naturezas, que não só mexem com a infra-estrutura urbana, mas também alteram relações de poder e mobilizam sujeitos individuais e coletivos inteiros em sua vida e subjetividade (LIMA, BUENO, 2010).

Com o anúncio do PAC Manguinhos (2007), houve uma forte mobilização social para que outras comunidades, circunvizinhas de Manguinhos, fossem contempladas neste investimento. Assim, além das 12 comunidades já previstas, o PAC passou a incorporar mais três comunidades, configurando o território ampliado delimitado como Complexo de Manguinhos.

Atualmente há 36.100 mil habitantes (IBGE, 2010) no bairro de Manguinhos e estipula-se que exista aproximadamente 50.000 pessoas residindo no território ampliado do Complexo de Manguinhos. Estando atualmente entre os sete piores no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro, o bairro de Manguinhos é um microcosmo da desigualdade brasileira. No território grande parte de sua extensão é classificada enquanto áreas “subnormais” pelo IBGE, aonde convivem também grandes empresas públicas e privadas, nacionais e transnacionais, com seus centros de desenvolvimento tecnológico produzindo pesquisa (LIMA, BUENO, 2010).

O território de Manguinhos apresenta um dos piores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município do Rio de Janeiro e apesar do recente investimento do Programa de Aceleração e Crescimento – PAC, é um território marcado historicamente pela supressão de direitos civis e políticos através da coerção de aparelhos públicos e privados; forte investimento em políticas de repressão (“caveirão”, helicóptero brindado, etc) e restrito acesso a direitos sociais (cultura, educação, saúde, habitação, etc); apresenta baixa escolarização dos moradores; alto desemprego e precarização do trabalho; condições ambientais insalubres (lixo, enchentes, etc); políticas públicas

assistencialistas, eleitoreiras, fragmentadas e fragmentadoras. Moradores, lideranças comunitárias e movimentos sociais se organizaram para reivindicar a participação comunitária durante o processo de implementação do PAC com o objetivo de garantir o controle social destes investimentos (LIMA, BUENO, 2010).

Apesar da trajetória histórica de violação de direitos, Manguinhos “é um espaço de resiliência”, como se refere Padre Geraldo, militante em Manguinhos, expresso justamente na origem do nome Manguinhos – Mangue, potencialidade de resistir. Uma comparação metafórica entre a capacidade natural de recuperação do ecossistema a intervenções e a capacidade dos moradores conseguirem se recuperar das condições adversas de vida e trabalho a que são submetidos. Como exemplo dessa capacidade, podemos resgatar várias iniciativas de grupos sociais na busca de construir um ambiente solidário e alternativo para contexto dominante, como: o Caminho pela Paz com Voz e Garantia de Direitos (2005 e 2006), Grupos de Mulheres como: Mulheres em Ação, Associação de Mulheres da Comunidade Agrícola de Higienópolis e o Coletivo de Mulheres de Manguinhos, Agenda Redutora de Violência, Grupo Cultura Afro, História do Teatro Luiz Mendonça, grupos religiosos e diferentes atores sócio-culturais.

2. Metodologia

Como explica Minayo(apud GONDIM et al, 2008), “a metodologia é uma sistemática de abordagem da realidade, e a opção metodológica de uma pesquisa está de forma intrínseca vinculada à visão social de mundo do pesquisador e aos recortes epistemológicos que seleciona para elaborar e sistematizar os fatos da realidade”. O trabalho que deu origem ao presente artigo apresentou dois movimentos de abordagem e análise, necessários e relacionados: a observação participante das atividades do FMS e uma análise documental contextualizada.

A observação participante constitui-se atualmente num método de pesquisa consagrado, devido a sua pertinência para o entendimento dos pobres no Brasil atual (VALLADARES, 2007). Para conhecimento das condições de vida da população são utilizados elementos da observação participante. Para tal observação, os autores participaram de atividades do FMS sistematicamente durante o período de um ano, - 2008/2009.

Além da observação participante, foi realizada uma pesquisa documental de fontes primárias de dados sobre o Fórum, considerados documentos “de primeira mão”, isto é, sem nenhum tratamento analítico anterior. Foi feito o resgate das atas das reuniões ordinárias, das oficinas e dos

seminários do Fórum, além dos manifestos, jornais e demais documentos reivindicatórios produzidos pelo ator social em questão, no intuito de completar lacunas acerca desse período, deixadas pelo registro escrito.

Os documentos produzidos pelo Fórum Manguinhos e analisados foram: o Manifesto pela Participação Social no PAC, Avaliação 11 meses do PAC Manguinhos, Discurso feito pela liderança Patrícia Evangelista, Jornal de Manguinhos edição 0, 1 e 2, Jornal Manguinh'Ação, Questionário sobre o PAC Manguinhos.

O referencial teórico que norteia a prática e a reflexão deste trabalho é o pensamento crítico, em especial, o norteado pela Educação Popular Emancipatória. A partir do referencial mencionado torna-se fundamental a análise que priorize as contradições vivas do processo social e histórico, assim como as estratégias de superação contidas neste processo, entendendo não ser “na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos” (FREIRE, 2006, P. 87).

3. Resultados

Os primeiros resultados da análise apontam o desafio de estimular a participação social em um território onde não há uma cultura democrática de participação comunitária e articulada para a intervenção em políticas públicas. Reflexos de um histórico de praticamente ausência de participação popular organizada nas intervenções públicas nesses territórios pelo predomínio de uma política coercitiva sustentada na supressão de direitos civis/políticos e na fragmentação do tecido social local. Em um território que envolve diferentes atores sociais tornou-se muito difícil o diálogo com as instâncias do poder público envolvidas com a gestão do PAC no Rio de Janeiro.

Os encaminhamentos, a tomada de decisão construída pelo Fórum têm como pressuposto a análise de conjuntura que é feita através de uma construção compartilhada de conhecimento. As pautas das reuniões são estabelecidas coletivamente a partir das demandas trazidas pelos moradores onde são feitas correlações com temas estruturantes. Por se tratar de um espaço múltiplo e diverso, contempla a participação de novos a antigos militantes sociais, o que favorece trocas de conhecimentos em temporalidades distintas. Tem como bandeira a atuação em redes, ou seja, o Fórum Social de Manguinhos é composto por diferentes atores sociais (igrejas, ongs, associação de moradores, atores culturais, etc), reconhecendo a história e protagonismo desses atores no local.

O trabalho em rede do Fórum propicia a cooperação com o tecido social e promove uma ação multiplicadora na medida em que os participantes do Fórum se colocam como multiplicadores de conhecimento em suas inserções sociais em outros espaços. Temos observado nas atas desses encontros que muitos moradores passam a participar do Fórum em busca de respostas imediatas às suas demandas e com o tempo vão entendendo aquele espaço enquanto um espaço de luta política, parte de um processo de transição da consciência ingênua à consciência crítica, no sentido freireano. Ao reconhecer a crise da participação representativa, estimula-se a participação direta e ampliada neste espaço.

3.1. O Fórum Social de Manguinhos: um espaço de luta e resistência pela garantia de direitos em Manguinhos

Como resistência social entendemos os processos de reivindicação e criação social que se inscrevem e (re)escrevem o espaço em disputa (BUENO, 2008, p.30). Trata-se, dessa maneira, de uma noção que abrange uma dinâmica não restrita a “particularismos militantes” ou a “ativismos acomodatórios e apaziguadores”, e que se insere em um contexto de lutas sociais organizadas e territorializadas na cidade (HARVEY, 1996; RIBEIRO, 2006). Pensar o Fórum Social de Manguinhos como resistência significa entendê-lo a partir de um cenário de ações, individuais e silenciosas ou coletivamente ativas e protagonizadas por movimentos populares e organizações de base que lutam pela apropriação e resignificação do tempo/espaço dominante.

As organizações, movimentos e moradores que compõem o Fórum pautam-se pela importância da luta social e do conflito para a construção de propostas e alternativas em bases democráticas. Atuam estrategicamente em rede como forma de organização e proteção, entendendo que questionar e expor democraticamente o conflito torna-se necessário, pois *“é a luta social, o conflito aberto o principal, senão o único caminho através do qual grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público - isto é, enquanto sujeitos políticos”*(VAINER,2007, p. 6).

3.2. Contribuições e limites na construção de uma cultura democrática de participação social/comunitária no território.

A combinação entre restrições materiais essenciais, implementação de políticas públicas caracterizadas por paternalismo e criminalização do território - entendido enquanto “território de exceção²” - e violência exercida por instituições dotadas de amplo instrumental bélico marca diretamente o território e estabelece limites para a atuação de movimentos sociais e organizações de base das quinze (15) comunidades de favelas do complexo de Manguinhos que convivem com desrespeito cotidiano a seus direitos sociais e políticos (BUENO, 2010) . Como afirmou , em seu discurso de abertura da Pré-Conferência de Saúde Ambiental do Canal do Cunha, Patrícia Evangelista, da comissão executiva do Fórum do Movimento Social de Manguinhos:

“O movimento social vem buscando a realização do princípio da gestão democrática no território, mas o que vemos são situações graves de violação dos direitos pela gestão estatal e privada das políticas públicas. Este é o momento de denunciarmos a discriminação que sofremos. Não temos sido considerados como sujeitos dos nossos direitos. Questões como o Direito à Moradia Digna, ao Habitat Saudável, à Justiça Sócio-Ambiental, à reparação pelas violações estão aqui em pauta. Além da crítica, temos o dever de apontar soluções possíveis, de forma colaborativa, como vimos fazendo desde a criação do Fórum do Movimento Social de Manguinhos”.

Os projetos com objetivo de educação emancipatória, norteados pela democratização da informação, pela formação política crítica e com finalidade de democratização do conhecimento

² As favelas da cidade do Rio de Janeiro vivem um *estado de exceção*, não declarado legalmente, mas territorializado no cotidiano de seus moradores e trabalhadores. Além do histórico desrespeito aos direitos essenciais para a sobrevivência e reprodução social – via degradação do ambiente e privação de serviços públicos básicos -, as favelas da cidade sofrem explicitamente formas cotidianas de supressão de direitos civis e políticos. A Constituição vigente do país, em seu artigo 5º, que trata dos direitos civis dos cidadãos, torna-se praticamente letra morta nos territórios de exceção das favelas. Ignora-se diariamente a garantia jurídica a todos de tratamento igual perante a lei, sem distinções. O cotidiano nesses territórios também nega, sistematicamente, a fundação das bases de um Estado de Direito que incluiria a inviolabilidade do lar e garantia de um julgamento justo.

Até mesmo em uma perspectiva conservadora de respeito aos direitos individuais à vida, à integridade física, à Justiça, à Proteção Penal, entre outros, percebemos uma situação que revela, ao menos nas favelas, um estado de exceção, não-declarado oficialmente, mas territorializado. A institucionalização da violência, no entanto, estende, de forma sistêmica, os limites desse estado à toda sua circunscrição. Não é possível segregar, confinar e apartar de forma absoluta a favela da cidade. A progressão da tecnologia bélica, agravada pela concentração de recursos nos setores de Segurança Pública, adquiriu uma escala que incorpora toda a cidade em uma dinâmica desigual e combinada em que diferentes formas de amedrontamento e violências também correspondem a um estado de medo generalizado.

encontram diferentes dificuldades que variam de falta de financiamento público até ausência de espaço (ou de espaço seguro) para sua efetiva territorialização. Não é raro ouvir de moradores de favelas envolvidos com estes projetos a afirmação de que realizam suas ações quando “o poder local permite que elas aconteçam naquele lugar” ou que buscam motivação e vontade para continuar seus trabalhos “apesar do jeito que a polícia” trata os moradores de favelas. Neste contexto, o Fórum Social de Manguinhos resiste enquanto um espaço democrático de articulação e formação na ação de movimentos sociais e organizações de base sócio-comunitária. Neste espaço, “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” singulares (Souza, 2000, p.78), um processo de formação que se pretenda democrático e emancipatório deve considerar como indissociáveis: a luta social, o território e a educação popular emancipatória.

Conclusões

As contribuições e os limites do Fórum Social de Manguinhos na construção de uma cultura de participação social no território de Manguinhos através de uma educação popular emancipatória, vêm reforçando a importância do fortalecimento de iniciativas locais contra-hegemônicas através de laços de cooperação.

Desta forma, torna-se importante o exercício de cooperação com estes espaços através de parcerias técnico-científicas na busca de contribuir com a qualidade de vida dos moradores. Parte-se do princípio de que por meio do diálogo entre a sociedade civil e poder público contribui-se para a garantia de políticas públicas territorializadas e socialmente transformadoras. Entende-se o Fórum de Manguinhos enquanto um espaço de articulação fundamental para a construção de um outro Manguinhos possível.

O cotidiano do Fórum de Manguinhos tem demonstrado que há limites macro e micro-estruturais para a consolidação da gestão social participativa no território. As principais críticas e propostas do movimento social e organizações de base sócio-comunitária de Manguinhos ao Programa de Aceleração do Crescimento não foram contempladas e o planejamento deste Programa apresentou dificuldades e limites em seus objetivos devido à ausência de canais eficientes de participação local, fatores pouco considerados pelos gestores desta política pública.

Bibliografia:

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- GONDIM et al. *Termo de Referência da COORDENAÇÃO DOS PÓLOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE NOS TERRITÓRIOS DE MANGUINHOS E MATA ATLÂNTICA - CEPS-TERRMMATA* (EPSJV/FIOCRUZ, 2011).

- LIMA, C. e BUENO, L. . *Território, Participação Social e Saúde: Manguinhos em debate*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010.

- SOUZA, M. *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000

- VAINER, C. *Palestra no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos*. Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>.

- VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Rev Bras Cien Soc* [on line] São Paulo 2007 [capturado em 03 out 2008]; 63(22). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092007000100012&script=sci_arttext&tlng=.

E-mails dos autores: chellepedagogia@yahoo.com.br, leobrasilbueno@yahoo.com.br